

DÍVIDA DOS ESTADOS

Adesão à rolagem de US\$ 30 bilhões deve ser feita até 14 de fevereiro

por Andréa Doré
de Brasília

Entendimento com São Paulo

Termina hoje o prazo para que os estados e municípios apresentem suas sugestões à formulação do decreto regulamentando a Lei nº 8.388 de dezembro de 1991. As propostas levadas ao Departamento do Tesouro Nacional (DTN) consolidam a rolagem das dívidas dessas administrações com instituições federais. De acordo com o diretor-adjunto do DTN, Álvaro Manoel, há consenso entre os estados e a União quanto aos itens do decreto, que deverá ser assinado pelo presidente Fernando Collor em meados deste mês.

A rolagem das dívidas deve envolver um montante estimado em US\$ 30 bilhões. Até o próximo dia 14, os estados e municípios deverão manifestar-se a respeito do total do endividamento e sua disposição em participar da rolagem. Desse volume devem ainda ser descontados cerca de 10%, referentes às dívidas que a União possui com esses governos, diferença obtida pelo chamado "encontro de contas".

OPÇÃO

Álvaro Manoel explica que os estados podem optar pela rolagem, que estende o pagamento por oitenta prestações trimestrais — corrigidas pela aplicação do Índice Geral de Preços (IGP) mais juros de 6%, ano — ou pela quitação normal da dívida. A desvantagem da rolagem está na proibição de emissão de títulos de valores mobiliários até 1998.

Uma visão mais global das dívidas de todos os estados. É essa a característica do novo projeto de lei da rolagem das dívidas estaduais que, segundo o diretor da Área do Departamento de Normas do Banco Central (BC), Gustavo Loyola, explica a mudança de atitude desta instituição quanto à negociação em curso desde o ano passado entre o governo federal e os governos dos estados endividados.

Ontem, no Palácio do Bandeirantes, em São Paulo, estiveram presentes os secretários da Fazenda e Planejamento do estado, Frederico Mazzucchelli e Eduardo Maia, o presidente do BC, Francisco Gros, além do secretário nacional de Política Econômica, Roberto Macedo, e o diretor do Departamento Nacional, Roberto Figueiredo. Em pauta, a rolagem da dívida dos estados e municípios.

Loyola disse que o BC considera dentro da normalidade a emissão de títulos no valor de Cr\$ 130 bilhões pelo governo de São Paulo na Central de Custódia de Títulos Públicos (Cetip). "Foi autorizado pelo Senado", justificou ele.

Mazzucchelli classificou de



Gustavo Loyola

"atitude simpática" do governo federal a consulta aos estados precedendo a conclusão do projeto de lei da rolagem das dívidas. O envio de sugestões pelos estados ao projeto do governo federal tinha como prazo limite hoje, mas foi estendido até terça-feira (ver matéria ao lado).

A parte da dívida de São Paulo que está sendo rolada atinge os US\$ 9,5 bilhões — US\$ 4 bilhões de dívida externa e US\$ 5,5 bilhões de di-

vidas mobiliárias e as contradas junto à caixa Econômica Federal e BNDES.

O diretor do BC não descartou o envio de missões semelhantes aos outros estados endividados para a negociação dos critérios de rolagem dos seus débitos com a União.

INFLAÇÃO

Duas declarações do presidente do BC, Francisco Gros, feitas ontem no Palácio do Governo do Estado de São Paulo, evidenciaram alguns pontos que serão fundamentais para o sucesso da política de combate à inflação do governo.

Primeiro, Gros deixou claro que a rolagem das dívidas dos estados não significa um aumento da capacidade de endividamento estadual. "A rolagem é um ordenamento da dívida, que já é muito alta e tem de ser bem administrada", disse o presidente do BC. O que Gros não disse, mas o BC sabe, é que deixar o estado livre para contrair novas dívidas num ano eleitoral seria correr um grande risco.

Logo depois, Gros declarou que um ajuste fiscal é algo fundamental para que o BC continue administrando a liquidez. "Ele deve vir e quanto antes melhor."

A lei prevê ainda que os estados e municípios não poderão contrair dívidas comprometendo mais do que 11% de suas receitas líquidas, no primeiro ano da rolagem, e 15% no segundo ano.

Álvaro Manoel afirma que futuros endividamentos estarão, assim, vinculados a um aumento da receita.

Somente no final desta semana o DTN poderá fazer um levantamento das

sugestões levadas pelos estados. O diretor-adjunto salienta que as propostas dizem respeito a casos específicos de cada administração em relação a dívidas contradas com órgãos federais.